



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM
DESIGN GRÁFICO E *WEBDESIGN*, COM ALOCAÇÃO
DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, QUE ENTRE SI
FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª
REGIÃO E A EMPRESA

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2017/00477

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor Geral, Dra. Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____.____/____-____, estabelecida na _____, CEP ____-____, Telefax.: (0xx____) ____-____, e-mail: _____@_____.com.br, representada neste ato pelo _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2017/00477, em consequência do Pregão Eletrônico nº 006/2018 fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em ____/____/2018 através do despacho nº TRF2-DES-2018//____, FIRMAM o presente Contrato que trata da contratação de empresa para prestação de serviços de design gráfico e webdesign (desenhista indutrail), com alocação de mão de obra especializada, visando atender a demanda deste Tribunal, da EMARF, do CCJF e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:



TRF2CAP201807540

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a contratação de empresa para prestação de serviços de *design* gráfico e *webdesign* (*desenhista insdutrail*), com alocação de mão de obra especializada, visando atender às necessidades deste E. Tribunal, da Escola de Magistratura Regional Federal, do Centro Cultural Justiça Federal e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2018 e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX e na forma estabelecida nas cláusulas deste Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO EFETIVO E DAS CARACTERÍSTICAS PROFISSIONAIS:

2.1 - DO EFETIVO DE PESSOAL:

ITEM	PROFISSIONAL	QUANTITATIVO
01	Desenhista industrial	03

2.2 – DAS CARACTERÍSTICAS DO DESENHISTA INDUSTRIAL / DESIGNER GRÁFICO:

2.2.1 – **Formação Pedagógica:** Formação superior completa em Desenho Industrial, em curso reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, de 04 (*quatro*) a 05 (*cinco*) anos de duração.

2.2.2 - **Experiência profissional:** Possuir experiência no exercício das atribuições relacionadas no subitem a seguir, de no mínimo 03 (*três*) anos (*designer* pleno), excetuando-se o período de estágio. Apresentação de currículo com produção condizente ao tempo de formação.

2.2.3 – Capacitação Técnica:

2.2.3.1 – Dominar programas específicos à área de criação gráfica e de produto, tais como: *Corel Draw*, *InDesign*, *Illustrator*, *Flash*, *DreamWeaver*, *Photoshop*, *Auto Cad*, *3D Studio*, *Final Cut* e outros relacionados à programação visual, editoração eletrônica, *webdesign* e *design* de produto, além de possuir amplo domínio sobre plataforma *Windows* (mono e multiusuário) *Macintosh* e ambiente de rede;

2.2.3.2 – Dominar programas de uso geral como *Word*, *Excel*, *PowerPoint* e *Access*;

2.2.3.3 - Dominar procedimentos de gerenciamento e calibração de cores nos diversos periféricos de entrada e saída (monitor de vídeo, impressoras) através do *software Monaco Proof da X-Rite* ou similar;

2.2.3.4 – Dominar padrões técnicos utilizados em gráficas, tais como: escala de cores; características de papéis; nomenclaturas aplicadas no ramo gráfico e outros inerentes a essa natureza;

2.2.3.5 – Dominar técnicas para criação de elementos a serem inseridos nos ambientes, tais como mobiliários, materiais para a fabricação do



mesmos, além da organização do espaço funcional e ergonômico, e outros inerentes a essa natureza;

2.2.3.6 – Dominar técnicas relativas à execução expográfica, além de possuir domínio de concepção e leitura de planta baixa, tipos de materiais, tipos de iluminação, recursos gráficos e plásticos, e outros inerentes a essa natureza.

2.2.3.7 – Dominar técnicas básicas e ter experiência comprovada em desenvolvimento, alimentação e manutenção de *sites* através da ferramenta *Wordpress* além de ferramentas de *mailmarketing*;

2.2.3.8 - Dominar técnicas básicas para criação e edição de vídeos;

2.2.3.9 - Possuir conhecimentos técnicos e estéticos para criação de animações digitais para *web*, para exposições e para sistemas de informação;

2.2.3.10 - Dominar técnicas para criação de peças gráficas e conhecer todos os procedimentos relativos à geração de cortes especiais, provas e fotolitos, principalmente em policromia, duotônicos e cores especiais;

2.2.3.11 - Criar e editar animações, vídeos e apresentações institucionais;

2.2.3.12 - Dominar o manuseio de todos os equipamentos utilizados na criação gráfica, tais como: microcomputador, impressoras padrão (*laser* e *jato de tinta*), *plotter* de impressão, *plotter* de recorte eletrônico e *scanner* de alta resolução.

2.2.4 - Das atribuições:

2.2.4.1 – Criar logotipos e símbolos que sejam identificadores visuais de marcas, eventos ou designações de publicações;

2.2.4.2 – Criar, através de *softwares* gráficos, ilustrações, interface, desenhos e animações que auxiliem na apresentação visual de projetos;

2.2.4.3 – Elaborar e diagramar *folders*, cartazes, *banners*, catálogos, jornais informativos, capas de publicações, impressos padronizados, programação mensal e todos os demais trabalhos de criação gráfica impressa que forem necessários;

2.2.4.4 – Alterar o conteúdo de textos editorados e revisados;

2.2.4.5 - Elaborar *sliders* animados e atualizar adequadamente o conteúdos dos *sites* construídos em *Wordpress*, com intervenção em código HTML, caso necessário;

2.2.4.6 - Alimentar conteúdo dos suportes de exibição de multimídia (monitores de LCD, projeções, etc);

2.2.4.7 - Formatar, programar e publicar os informativos eletrônicos por mala-direta (*mailmarketing*);

2.2.4.8 - Digitalizar e tratar imagens;



- 2.2.4.9 - Criar e desenvolver sistema de sinalização de setores e eventos;
- 2.2.4.10 - Criar material gráfico institucional, com critérios que digam respeito ao bom gerenciamento da marca institucional;
- 2.2.4.11 - Gerar sumário e índices remissivo e analítico;
- 2.2.4.12 - Criar perfis de cores para aplicação nos ambientes *Windows* e *Mac OS* de acordo com os periféricos disponíveis para visualização e impressão de imagens;
- 2.2.4.13 - Organizar e finalizar publicações editoradas em formatos compatíveis para impressão;
- 2.2.4.14 - Gerar o material necessário à impressão gráfica (arquivos, *laser film*, fotolitos e outros);
- 2.2.4.15 - Imprimir os trabalhos produzidos;
- 2.2.4.16 - Criar mobiliário, peças para sinalização e outros objetos inerentes ao *design* de produto, com aplicação de antropometria, biomecânica ocupacional, entre outros, montando espaços de visitação com o máximo de funcionalidade, conforto e eficiência, para facilitar locomoção, acessos e interatividade;
- 2.2.4.17 - Executar modelagem tridimensional para apresentações, aplicação digital para *internet* e projetos de multimídia;
- 2.2.4.18 - Planejar e executar projetos de exposições, desempenhando atividades inerentes às mesmas, tais como instalações, intervenções, pesquisa de materiais, etc;
- 2.2.4.19 - Organizar e catalogar os trabalhos de forma a manter atualizado o portfólio de apresentação de serviços;
- 2.2.4.20 - Executar todas as atividades correlatas às áreas de diagramação eletrônica, programação visual;
- 2.2.4.21 - Efetuar cópias periódicas de segurança dos arquivos de trabalho;
- 2.2.4.22 - Desempenhar quaisquer outras atividades inerentes ao *design*.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 – A seleção dos prestadores de serviços será feita pela Contratada de acordo com os critérios estabelecidos na Cláusula Segunda deste Contrato.

3.1.1 - Os candidatos aprovados deverão ser submetidos, pela Contratada, à avaliação psicotécnica baseada no levantamento do perfil da vaga, a ser realizado junto a Contratante;

3.1.2 – Após a avaliação mencionada no subitem anterior, os candidatos selecionados serão submetidos a teste de aferição de conhecimentos específicos e entrevista, por parte da COPGRA (Coordenadoria de Produção Gráfica e Visual), par apresentação de portfólio e aprovação final.

3.2 – A jornada de trabalho será de 08 (*oito*) horas diárias, de segunda a sexta-feira, da 10:00 às 19:00 horas, com intervalo de 01 (*uma*) hora destinada à alimentação;



3.3 – Nos dias em que houver maior demanda de serviço, a carga horária poderá, a critério do Contratante, ser acrescida de horas suplementares, gerando assim o direito à percepção do pagamento de horas-extras proporcionais.

3.4 – A Contratada deverá, sempre que solicitada, providenciar a substituição do profissional que porventura estiver impedido, temporaria ou definitivamente, de comparecer ao local da prestação do serviço, ou que não apresente, na prática, perfil desejado ou não corresponda ao nível de produção necessário, segundo avaliação do Contratante, devendo essa substituição ser realizada no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da data da notificação à Contratada.

3.5 – A falta de qualquer empregado deverá ser suprida dentro da primeira hora, completando o efetivo contratado, sem nenhum ônus para o Contratante. Caso a substituição do empregado faltante não seja providenciada, a ausência será anotada pelo Contratante, que procederá ao desconto do valor correspondente no documento fiscal a ser pago, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato, ressaltando-se que essa substituição deverá ser efetivada, no máximo, no dia subsequente ao da respectiva solicitação.

3.7 – A execução dos serviços será supervisionada pela Coordenadoria de Produção Gráfica e Visual – COPGRA do Contratante.

3.7.1 – O efetivo discriminado na Cláusula Segunda deste Contrato será alocado na COPGRA, situada no quarto pavimento do complexo predial do Contratante, e em caráter excepcional e eventual, dentro do Município do Rio de Janeiro.

3.8 – As faltas, atrasos superiores a 01 (*uma*) hora e interrupções de jornada não serão tolerados e, caso ocorram, serão descontados dos documentos fiscais, independentemente das penalidades cabíveis e previstas neste Contrato.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1 – Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

4.2 – Selecionar profissionais especializados para a execução dos serviços, com vista à obtenção de excelente nível de qualidade dos mesmos.

4.3 – Responder pela assiduidade e a pontualidade de seus empregados.

4.4 - Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante, sem qualquer ônus para o mesmo.

4.5 - Reparar, ou quando isso for impossível, indenizar quaisquer perdas e danos pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, decorrentes da execução deste Contrato de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.



4.6 – Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

4.7 - Permitir que seus empregados, quando prestando serviço nas dependências do Contratante, sejam vistoriados pela Segurança Interna.

4.8 – Afastar ou substituir, por recomendação do Contratante, qualquer empregado que, comprovadamente, causar embaraço à boa execução dos serviços.

4.9 – Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas dependências do Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Contratante, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante, ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

4.10 – Manter em situação empregatícia regular e legal os empregados alocados na execução do serviço ora contratado. O Contratante se reserva o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar conveniente, exigir esta comprovação.

4.11 – Permitir o livre exercício da fiscalização pelo Contratante.

4.12 – A Contratada deverá, obrigatoriamente, arcar com custos de transporte e refeição/alimentação de todos os empregados, fornecendo vale-alimentação ou vale-refeição, no primeiro dia útil do mês, em quantidade correspondente ao total de dias úteis do mês em que serão utilizados, com valor mínimo de legislação correlata à matéria, assim como vale-transporte no último dia útil do mês anterior àquele em que serão utilizados, com valor suficiente para o deslocamento do trajeto residência x trabalho e vice-versa.

4.13 - A Contratada deverá apresentar, quando da assinatura do Contrato, se houver cópia do Acordo Coletivo ou da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada pelo Sindicato dos prestadores de serviço discriminados no item 2.1, utilizada como base para formulação da proposta, constante do item 11.1, alínea “b”, deste Contrato.

4.14 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiro ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.



4.14.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante declaração de todos os empregados da Contratada alocados na prestação dos serviços, conforme modelo constante do Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2018.

4.15 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

4.15.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante declaração prestada pelo empregado da Contratada, no exercício de cargo/função de chefia, alocado na prestação dos serviços, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2018;

4.15.2 – O prazo para apresentação das certidões mencionadas no subitem anterior é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

4.16 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, **de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau**, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, **alterada pela Resolução nº 229 de 22.06.2016** do Conselho Nacional de Justiça.

4.16.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante o preenchimento pela Contratada da Declaração, conforme modelo constante do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2018, a qual deverá ser entregue no ato de assinatura deste Contrato.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93, modificada pela Lei n.º 8883/94, o objeto do presente Contrato será recebido mediante Termo Circunstanciado, da seguinte forma:

5.1.1 – **Provisoriamente** – imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual;

5.1.2 – **Definitivamente** – no prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, comprovada adequação do objeto aos termos contratuais.

5.2 – Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

5.3 – Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços e materiais empregados se encontram com defeito, fora da especificação ou incompletos, após



notificação, por escrito, à Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

5.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções.

5.5 - Após a assinatura do contrato, o Contratante designará servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do Contrato.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DO PAGAMENTO, DA REPACTUAÇÃO E DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

6.1 - DO PREÇO:

6.1.1 - O valor unitário dos prestadores de serviços é:

A) ITEM 01 – DESENHISTA INDUSTRIAL / DESIGNER GRÁFICO

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração		
Categoria Profissional: Desenhista industrial / Designer gráfico		
Composição da Remuneração		Preço Unitário Mensal (R\$)
A	Salário base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Outros (especificar)	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários		
Benefícios Mensais e Diários		Preço (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 03 – Insumos Diversos		
Insumos Diversos		Preço (R\$)
A	Uniformes	
B	Equipamentos e Ferramentas	
C	EPI	
D	Outros (especificar)	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas		
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		Preço (R\$)
A	INSS	20,00



nº ____/2018 – Empresa contratada

EHP

Pág.

Assinado digitalmente por SIDNEI FERREIRA DO NASCIMENTO.
Autenticado digitalmente por SIDNEI FERREIRA DO NASCIMENTO.
Documento Nº: 2106512-8222 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>

TRF2CAP201807540

B	SESI ou SESC	1,50	
C	SENAI ou SENAC	1,00	
D	INCRA	0,20	
E	Salário-educação	2,50	
F	FGTS	8,00	
G	Seguro acidente do trabalho	2,00	
H	SEBRAE	0,60	
TOTAL		35,80	
Submódulo 4.2 – 13º Salário		Percentual (%)	Preço (R\$)
A	13º Salário	9,09	
B	Adicional de Férias	3,03	
Subtotal		12,12	
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário	4,34	
TOTAL		16,46	
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		Percentual (%)	Preço (R\$)
A	Afastamento maternidade	0,03%	
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,01%	
TOTAL		0,04%	
Submódulo 4.4 – Rescisão		Percentual (%)	Preço (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,0001	
D	Aviso prévio trabalhado	1,94	
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,695	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01	
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa 50%	4,36	
TOTAL		7,45	
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		Percentual (%)	Preço (R\$)
A	Férias	9,09	
B	Ausência por doença	1,66	
C	Licença-paternidade	0,02	
D	Ausências legais	0,82	
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03	
F	Outros (especificar)	0,00	
Subtotal		11,62	
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,160	
TOTAL		15,780	
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			



Encargos Sociais e Trabalhistas		Percentual (%)	Preço (R\$)
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80	
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46	
4.3	Afastamento maternidade	0,04	
4.4	Custo de rescisão	7,45	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78	
4.6	Outros (especificar)	0,00	
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		75,53	
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Percentual (%)	Preço (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00	
B	Lucro	6,79	
C	Tributos		
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		
	C1. PIS	1,65	
	C2. COFINS	7,60	
	C3. ISS	5,00	
Total dos tributos		14,25	
TOTAL			
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – Desenhista industrial / Designer gráfico			
Descrição		Preço (R\$)	
I – Composição da Remuneração			
II – Benefícios mensais e diários			
III – Insumos diversos			
IV – Encargos sociais e trabalhistas			
Subtotal (I + II + III + IV)			
V – Custos indiretos, tributos e lucro			
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			

6.1.2 - VALOR DA HORA EXTRA		
CATEGORIA PROFISSIONAL	VALOR DA HORA EXTRA (R\$)	
	50%	100%
Desenhista industrial / Designer gráfico		

6.1.3 - PLANILHA TOTALIZADORA			
CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	PREÇO (R\$)	
		UNITÁRIO MENSAL	TOTAL



6.1.3 - PLANILHA TOTALIZADORA			
CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	PREÇO (R\$)	
		UNITÁRIO MENSAL	TOTAL
Desenhista industrial / <i>Designer</i> gráfico	03		
VALOR MENSAL :			
VALOR GLOBAL ESTIMADO DO CONTRATO			

Obs.: Código SIASG: 5908

6.1.4 - O valor TOTAL MENSAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ _____._____._____
(_____);

6.1.5 - O valor GLOBAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ _____._____._____
(_____);

6.1.6 - Os valores referentes às horas extras não integram a planilha de formação de preços constante do subitem 6.1.1;

6.1.7 - Os salários dos prestadores de serviço devem seguir os valores praticados no mercado, de acordo com a qualificação exigida no item 2.2 deste Contrato. Para fins de parâmetro de comparação, poderão ser consultadas a ADG - Associação de *Designers* Gráficos, a ADEGRAF ou instituições que regulem a atuação dos desenhistas industriais;

6.1.7.1 – A remuneração mínima deverá corresponder ao salário normativo da categoria profissional vigente.

6.1.8 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à perfeita execução dos serviços contratados.

6.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.2.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, em até 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto, **sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.**

6.2.1.1 – No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

6.2.1.2 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem 6.2.1.1 a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.2.2 - O documento fiscal deverá ser entregue no Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos – SCON, situado na rua Visconde de Inhauma 68, 2º andar Centro, Rio de Janeiro/RJ, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, e



02 (*duas*) vias, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail scon@trf2.gov.br, acompanhado das seguintes peças:

6.2.2.1 - Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante;

6.2.2.2 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, Impostos Sindicais, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha de pagamento do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;

6.2.2.3 - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);

6.2.2.4 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP;

6.2.2.5 - Comprovantes de entrega de vale-transporte aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante, correspondente ao mês do documento fiscal;

6.2.2.6 - Comprovantes de auxílio-alimentação dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal;

6.2.2.7 - A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo Contratante, através de folha de ponto, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre esse valor.

6.2.2.8 - A folha de pagamento, bem como os cartões de ponto, terão com período correspondente à prestação dos serviços o mês comercial excetuado-se as folhas do primeiro e último mês de execução contratual onde será considerado o período pro rata;

6.2.2.9 - Demonstrativo do cálculo utilizado (memória de cálculo) para fins de determinação do valor devido aos serviços emergenciais de caráter corretivos executados fora do horário normal do expediente, prestados no mês de referência do documento fiscal.

6.2.3 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Contrato.

6.2.4 - Para fins do disposto no subitem 6.2.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da ordem bancária.

6.2.5 - Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

6.2.6 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratuais previstas, conforme disposto no Acórdão 964/2012-Plenário-TCU.



6.2.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

6.2.7 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.2.8 – No primeiro e no último mês de vigência do Contrato, os valores serão rateados à base de 1/30 (*um trinta avos*) por dia do valor total mensal estimado.

6.2.9 - A Contratada, na hipótese de ser optante pelo Simples Nacional, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à exclusão obrigatória do citado regime tributário, a contar do mês seguinte à data de assinatura deste Contrato, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123; conforme Decisão TCU 2.798/10.

6.2.10 - A fim de proceder à exclusão mencionada no item anterior, se for o caso, a Contratada deverá providenciar a expedição de ofício à Receita Federal do Brasil, comunicando a assinatura deste Contrato, cujo objeto é a prestação de serviço mediante cessão de mão de obra, situação que gera vedação à opção pelo Simples Nacional, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inciso II, da Lei Complementar 123 de 14/12/2006;

6.2.11 - A Contratada deverá ainda, se for o caso, apresentar ao Contratante, no prazo de 20 (*vinete*) dias, contados do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura deste Contrato, cópia do ofício, mencionado no subitem anterior, na qual deverá constar comprovante de entrega e recebimento junto à Receita Federal do Brasil;

6.2.12 – Na hipótese de a Contratada, optante pelo Simples Nacional, se for o caso, não efetuar a comunicação no prazo estabelecido no subitem anterior, o Contratante, em observância ao princípio da probidade administrativa, comunicará a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta proceda à exclusão do ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e suas respectivas alterações.

6.3 - DA REPACTUAÇÃO:

6.3.1 - É admitida repactuação dos preços deste Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (*doze*) meses.

6.3.1.1 - O interregno mínimo de 12 (*doze*) meses será contado:

a) No tocante aos preços da mão de obra, a partir da data do Acordo o Convenção Coletiva de Trabalho ou sentença normativa vigente época da data limite para apresentação da proposta.

a.1) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quantos forem os acordos, dissídios o



convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;

a.2) Se não houver convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços;

a.3) No caso da alínea anterior, inexistindo a mesma fonte utilizada para elaboração do orçamento inicial, poderá ser utilizada nova fonte, desde que devidamente justificado.

b) No caso dos preços de insumos, materiais e equipamentos, a partir da data limite para apresentação da proposta.

b.1) Os preços dos insumos, materiais e equipamentos, observado o interregno mínimo de 12 (*dose*) meses, serão reajustados a partir da data limite para apresentação da proposta, de acordo com a variação do IPCA/IBGE, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indexador que a legislação determinar.

c) Quanto aos preços de insumos decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, na mesma data que ocorrer a repactuação da mão de obra.

d) No que se refere a preços de insumos, materiais e equipamentos, serão reajustados simultaneamente com a mão de obra quando decorrido, no mínimo, o interregno de 12 (*doze*) meses previsto na alínea “b”.

e) Quando o interregno mínimo de 12 (*doze*) meses previsto na alínea “d” não tiver sido cumprido, serão repactuados exclusivamente os custos vinculados à mão de obra.

6.3.2 - Os reajustamentos de preços serão precedidos de solicitação da Contratada e deverão vir acompanhados das peças elencadas a seguir:

6.3.2.1 - no caso das repactuações:

a) documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados, quando for o caso;



- b) novo acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou lei, que fundamentam o pedido de repactuação;
- c) demonstração da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas analíticas de composição de custos e formação de preços;
- d) documentos que comprovem que a Contratada já arca com os custos decorrentes das disposições do novo acordo ou convenção coletiva.

6.3.2.2 - no caso de reajustes, dos índices oficiais de preços previstos no Contrato e do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

6.3.3 - É vedada a inclusão, por ocasião dos reajustamentos, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

6.3.4 - Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajustamento de preços e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

6.3.5 - Os reajustamentos de preços produzirão efeitos financeiros:

6.3.5.1 - no caso de reajustes, a partir da implementação do direito da Contratada, conforme estabelecido no Contrato, tendo por referência a data limite de apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, conforme previsto neste Contrato;

6.3.5.2 - no caso da repactuação, a partir da data prevista no acordo, ou na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa ou lei, motivadores do pedido de repactuação.

6.3.6 - Os reajustamentos subsequentes ao primeiro produzirão efeitos financeiros 12 (doze) meses a contar da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ou reajuste ocorridos.

6.4 – DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

6.4.1 - Será retido do pagamento mensal da Contratada e depositado na Caixa Econômica Federal – CEF o somatório dos valores das rubricas relativas a:

- 6.4.1.1 - Férias;
- 6.4.1.2 - 1/3 constitucional;
- 6.4.1.3 - 13º Salário;
- 6.4.1.4 - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;
- 6.4.1.5 - Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias 1/3 constitucional e 13º salário.

6.4.2 - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados:



Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre documentos fiscais conforme Resoluções nº 169/2013 e 183/2013-CNJ e IN nº 01/2016-CJF				
Título	Variação RAT ajustado 0,50% a 6,00%			
	Empresas		Simples	
Grupo A	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Submódulo 2.2 da IN 05/2017 - MPDG	34,30%	39,80%	28,50%	34,00%
RAT	0,50%	6,00%	0,50%	6,00%
13º Salário	9,09	9,09	9,09	9,09
Férias	9,09	9,09	9,09	9,09
1/3 constitucional	3,03	3,03	3,03	3,03
Subtotal	21,21	21,21	21,21	21,21
Incidência do Grupo A (*)	7,28	8,44	6,04	7,21
Multa do FGTS	4,36	4,36	4,36	4,36
Encargos a contingenciar	32,85	34,01	31,61	32,78
Taxa de conta-depósito vinculada, conforme inciso IV, art. 3º da IN 01/2016-CJF (**)				
Total a contingenciar				

Obs.: (*) - A incidência recai sobre as verbas de 13º salário, férias e 1/3 constitucional, variando de acordo com o RAT ajustado da Contratada;

(**) – Caso o contrato firmado entre a empresa e o banco oficial tenha previsão de desconto da taxa de abertura e manutenção diretamente na conta-depósito vinculada, esse valor deverá ser retido da fatura e devolvido à conta-depósito vinculada, nos termos do inciso VIII do artigo 17 da Resolução CNJ nº 169/2013.

6.4.3 - Os valores das rubricas indicadas no subitem 6.4.1 serão glosados do valor mensal do Contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

6.4.3.1 – Caso a CEF promova desconto diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, os valores relativos às despesas com cobrança de abertura e manutenção da referida conta-depósito serão glosados do valor mensal do Contrato, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

6.4.4 - Os depósitos serão efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da Contratada e por Contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.

6.4.5 - A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (vinte) dias, contado da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - e de termo específico junto à CEF, que permit ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante, conforme indicado no referido Termo.

6.4.6 – Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita ao pagamento de multa diária até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (três décimos por cento), calculada à base d



juros compostos, limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

6.4.7 - Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

6.4.8 - A Contratada poderá:

6.4.8.1 – solicitar, durante a execução do Contrato, autorização do Contratante para resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 6.4.1, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados na execução do Contrato, e que apresente:

a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta-corrente dos empregados;

b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) e com a comprovação de depósito em conta-corrente dos empregados, observando o disposto no artigo 477 da CLT, bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este último acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;

c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

6.4.8.2 – movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - diretamente para a conta-corrente dos empregados, exclusivamente para as verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados na execução do Contrato, e que apresente:

a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;

b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;

c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada: sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.



6.4.8.3 - Nas hipóteses no subitem 6.4.8.2, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT), no prazo máximo de 10 (*dez*) dias, contado da data do pagamento, observado o disposto na Portaria do MTE n. 1.057/2012.

a) Após a comprovação indicada no subitem anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes à incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

6.4.9 - O pedido da Contratada deverá conter, além dos documentos citados no art.12 da IN 2016/0001 do CJF, planilha com os valores a serem resgatados ou movimentados da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - nas proporções que foram retidas para cada empregado durante a vigência do Contrato.

6.4.10 - O resgate dos recursos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - previsto no subitem anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Contratante, dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no subitem 6.4.1.

6.4.11 - O Contratante expedirá autorização de que trata o subitem 6.4.8.1 após confirmado o pagamento das verbas trabalhistas retidas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

6.4.12 - Todos os termos da Resolução nº 169, de 31/01/2013, do Conselho Nacional de Justiça, alterada pela Resolução nº 183/2013, de 24/10/2013, do mesmo Conselho, e da IN 001, de 11/04/2013 do Conselho da Justiça Federal deverão ser observados na execução contratual.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - As despesas decorrentes da contratação dos serviços, objeto deste contrato, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2018, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR:	Nota de Empenho
02.061.0569.4257.6013	33.90.37.01	107.765	2018NE000__

7.2 - Na parcela referente ao exercício de 2019, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES:



8.1 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores do Contratante, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do Contrato e da aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor total da contratação, a Contratada que:

- 8.1.1 - apresentar documentação falsa;
- 8.1.2 - fraudar a execução do Contrato;
- 8.1.3 - comportar-se de modo inidôneo;
- 8.1.4 - cometer fraude fiscal;
- 8.1.5 - fizer declaração falsa;
- 8.1.6 - não assinar o Contrato no prazo estabelecido;
- 8.1.7 - não manter a proposta.

8.2 - Para os fins do subitem 8.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

8.3 -. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, falhas na execução do Contrato, inexecução parcial ou total do objeto, garantida a ampla defesa, a Contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens 8.4, 8.5 e 8.7 desta Cláusula e nas Tabelas 1 e 2, discriminadas na Cláusula Nona deste Contrato, com as seguintes penalidades:

8.3.1 - advertência;

8.3.2 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Contratante, por prazo não superior a 02 (*dois*) anos;

8.3.3 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

8.3.4 - impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos.

8.4 - No caso de inexecução parcial do objeto, a Contratada fica sujeita à aplicação de multa de até 20% (*vinte por cento*) do valor do Contrato.

8.5 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) do valor do Contrato.

8.6 - Configurar-se-á o retardamento da execução quando a Contratada:



8.6.1 - deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do Contrato após 07 (*sete*) dias contados da data da ordem de serviço;

8.6.2 - deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no Contrato por 03 (*três*) dias seguidos ou por 10 (*dez*) dias intercalados.

8.7 - No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens 8.6.1 e 8.6.2, a Contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% (*cinco por cento*) do valor do Contrato.

8.8 - O valor da multa poderá ser descontado dos documentos fiscais devidos à Contratada.

8.8.1 - Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual;

8.8.2 - Se os valores dos documentos fiscais e da garantia forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (*quinze*) dias, contados da comunicação formal do Contratante;

8.8.3 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

8.8.4 - Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (*dez*) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

8.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017.

8.10 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9 - CLÁUSULA NONA: ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO:

9.1 - Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas. A falha na execução do Contrato estará configurada quando a Contratada enquadrar-se em pelo menos 01 (uma) das situações previstas na Tabela 2 **abaixo**, respeitada a graduação de infrações conforme Tabela 1.

9.2 - A falha na execução do Contrato, enquadrado na Tabela 2 será devidamente informada a Contratada, a qual dará aquiescência para o devido desconto no documento de cobrança.

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA (R\$)
1	150,00
2	300,00
3	450,00
4	600,00



5	1.050,00
---	----------

TABELA 2			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico ou lesão corporal	5	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	5	Por dia e por tarefa designada
3	Retirar do TRF quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, sem a devida autorização prévia do responsável.	5	Por ocorrência
4	Destruir ou danificar equipamentos com culpa ou dolo dos seus empregados.	5	Por ocorrência
5	Utilizar as dependências, insumos e maquinário do Contratante para fins diversos do objeto do Contrato.	5	Por ocorrência e por dia
6	Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales transporte, vales-alimentação ou quaisquer outros benefícios, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato e nas datas avençadas	5	Por ocorrência e por dia
7	Deixar de enviar substituto qualificado temporária ou definitivamente, na ausência do titular, quando solicitado pela contratante, dentro dos prazos estipulados no contrato	4	Por ocorrência e por dia
8	Recusar-se a executar serviços constantes do termo contratual, sem motivo justificado	3	Por ocorrência
9	Fornecer informação falsa de serviço	3	Por ocorrência
10	Retirar funcionários em serviço no TRF durante o expediente sem anuência prévia do Contratante	3	Por ocorrência e por dia
11	Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária	3	Por empregado e por dia
12	Deixar de entregar esclarecimentos e/ou documentos formais para sanar inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação	2	Por ocorrência e por dia
13	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do Órgão fiscalizador	2	Por ocorrência

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO:



nº ____/2018 – Empresa contratada

EHP

Pág. 4

Assinado digitalmente por SIDNEI FERREIRA DO NASCIMENTO.
Autenticado digitalmente por SIDNEI FERREIRA DO NASCIMENTO.
Documento Nº: 2106512-8222 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>

TRF2CAP201807540

10.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

10.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

10.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

11- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

11.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2018, e seus Anexos I, II, IV, V, VI, VII, VIII e IX;
- b) Proposta (TRF2-CAP-2018/____) datada de __/__/2018 apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços, a serem executados.
- c) CERTIFICADO DE VISTORIA (TRF2-CAP-2018/____), se houver, fornecido pela COPGRA (Coordenadoria de Produção Gráfica e Visual), comprovando o conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato.

11.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

12.1 - Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 56 § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global deste Contrato.

12.1.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada a Contratante no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente data de assinatura do Contrato.

12.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:



12.2.1 - Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato;

12.2.2 - Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à Contratada, conforme previsto na Cláusula Décima Sexta deste Contrato;

12.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

12.2.4 - Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela Contratada.

12.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no subitem 12.1.1 desta Cláusula, ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (*sete centésimos por cento*) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (*dois por cento*).

12.4 - O atraso superior a 25 (*vinete e cinco*) dias autoriza o Contratante a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (*cinco por cento*) do valor anual do Contrato, a título de garantia.

12.4.1 - O bloqueio efetuado com base no item 12.4 desta Cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

12.4.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no item 12.4 desta Cláusula por quaisquer das modalidades de garantia;

12.4.3. - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

12.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

12.6 - Será considerada extinta a garantia:

12.6.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante Termo Circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

12.6.2 - Com a extinção do Contrato.

12.7 - Isenção de responsabilidade da garantia:

12.7.1 - O Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

12.7.1.1 - Caso fortuito ou força maior;

12.7.1.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo Contratante;

12.7.1.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

12.7.1.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do Contratante.



12.7.2 - Caberá ao Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 12.7.1.3 e 12.7.1.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Contratante.

12.8 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

13.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

13.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

13.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

13.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

13.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados.

13.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

13.4 - A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante, no prazo de 15 (*quinze*) dias, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, conforme solicitado pela fiscalização:

13.4.1 - Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da Contratada;

13.4.2 - Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade contratante; cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;

13.4.3 - Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

13.4.4 - Os comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;



13.4.5 - Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada.

13.5 - A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante no início e no término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:

13.5.1 - No primeiro mês da prestação dos serviços:

- a) Até 1 (*um*) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF;
- b) Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do Contratante de empregados não inclusos na relação;
- c) Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização;

13.5.2 - Até 15 (*quinze*) dias após o início da prestação dos serviços ou após a admissão de novo empregado, a Contratada deverá apresentar cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais das CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da Contratada.

13.5.3 - Até 10 (*dez*) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que forem demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, a Contratada deverá apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido;
- d) A Contratada está obrigada a oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS sempre que solicitado pela fiscalização;
- e) Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a Contratada terá o prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento de diligência da fiscalização, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente;



f) O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da Contratada em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais;

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

14.1 - O prazo de vigência é de 12 (*doze*) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

14.2 - A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que se manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, sobre seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

14.3 - Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

14.4 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

14.5 - Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Oitava do presente Contrato.

14.6 - Nas prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para renovação.

14.7 - Excepcionalmente, poder-se-á admitir a redução parcial dos custos não renováveis já pagos ou amortizados, desde que demonstrada ser vantajosa a manutenção do Contrato.

14.8 - Após o prazo de vigência inicial, o Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, por meio de aditamento, limitado a 60 (*sessenta*) meses, desde que preenchidos, cumulativamente, a cada prorrogação, os seguintes requisitos:

14.8.1 - Os serviços tenham sido prestados regularmente;

14.8.2 - A Contratada não tenha sofrido punição de natureza pecuniária por mais de 03 (*três*) vezes no Contratante, a cada período de vigência do Contrato;

14.8.3 - O Contratante tenha interesse na continuidade dos serviços;

14.8.4 - O valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para Contratante;

14.8.5 - A Contratada concorde com a prorrogação.

14.9 - A vantajosidade econômica para a prorrogação do Contrato, mencionada no subitem 14.8.4 desta Cláusula, estará assegurada, dispensando-se a realização de pesquisa de preços, quando:



14.9.1 - houver previsão contratual de que as repactuações dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuadas com base em convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou lei, previamente definidos no Contrato;

14.9.2 - houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos, materiais e equipamentos serão efetuados com base em índices oficiais de preços, previamente definidos no Contrato.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

15.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

15.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

17.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nº 9.069 de 29/06/95 e Lei nº 10192 de 14/02/2001.

17.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o limite de 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados, de acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

17.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

17.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura, a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos (16º andar – sala 1603A), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

17.5 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas, previstas nas Cláusulas Oitava e Nona do Contrato, dos valores devidos pelos serviços prestados.



18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 02 (*duas*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2.018.

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretora Geral

Empresa contratada
(Representante Legal)

